

CURSO ONLINE: 3ª TURMA - XI SIMPÓSIO NACIONAL ONE CURSOS: PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. GESTÃO DE PESSOAL NO SERVIÇO PÚBLICO - ANÁLISE DAS INOVAÇÕES E QUESTÕES POLÊMICAS.

Impactos da Emenda Constitucional 103/2019 e da Portaria MTP 1.467/2022, que foi alterada pelas NOVAS Portarias MPS nºs 2.010/2025, 1.180/2024 e 1.499/2024: Cálculo de Aposentadorias e Pensões nos RPPS.

OBJETIVOS:

O XI Simpósio Nacional One Cursos de Previdência dos Servidores Públicos e na Legislação de Pessoal, tem como propósito fomentar um debate aprofundado e fundamentado sobre a aplicabilidade da legislação que rege a previdência e a gestão de pessoal na Administração Pública. Serão abordados temas polêmicos que geram interpretações divergentes no âmbito da Administração, bem como transmitir conhecimentos essenciais para a aplicação correta dos principais fundamentos da Constituição Federal e da legislação de pessoal nos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas esferas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios incluindo as normas e procedimentos inerentes às concessões de aposentadorias e pensões após a publicação da **EC 103/2019 e da Portaria MTP 1.467/2022, que foi alterada pelas NOVAS Portarias MPS nºs 2.010/2025, 1.180/2024 e 1.499/2024**, e conhecer detalhadamente as alterações na Legislação e interagir com os Especialistas mais renomados do Brasil.

APRESENTAÇÃO:

O Simpósio de Previdência dos Servidores Públicos e na Legislação de Pessoal na Administração Pública, organizado pela ONE CURSOS, é realizado desde 2009, com o propósito de oferecer uma compreensão aprofundada das normas constitucionais e infraconstitucionais que regem a previdência dos servidores públicos e a gestão de pessoal na Administração Pública.

Ao longo de suas edições, o evento destaca os desafios enfrentados no âmbito da jurisprudência dos Tribunais Superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), além de abordar decisões relevantes do Tribunal de Contas da União (TCU).

Neste ano, será realizada a 11ª edição do simpósio, que representará uma oportunidade valiosa para o debate das questões mais importantes e recorrentes relacionadas à legislação previdenciária e de gestão de pessoas no setor público. O evento visa esclarecer dúvidas práticas e fornecer bases teóricas que contribuam para a aplicação eficiente das normas no contexto da administração pública.

QUEM DEVE PARTICIPAR DO CURSO?

As palestras são dirigidas especialmente aos agentes públicos federais, estaduais, distritais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta, Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Autarquias, Fundações Públicas, Institutos de Previdência e demais interessados.

Todos estão convidados para participar do maior evento de Previdência do Servidor Público e de Legislação de Pessoal.

Participe!

QUAL O CONTEÚDO COMPLETO DO CURSO?

I – 1º DIA - 09/12/2025 - PALESTRANTE: INÁCIO MAGALHÃES

1. Concurso Público 1.1. Provas de títulos; 1.2. Transposição e transformação de cargos; 1.3. Exigência de nível superior/médio; 1.4. Prazo de validade/ prorrogação; 1.5. Direito à nomeação/desistência/vacância; 1.6. Cadastro de reserva; 1.7. Reserva de vagas para pessoas com deficiência e negros. 2. Atividade Funcional dos Servidores Públicos 2.1 Acumulação de Cargos Públicos e Empregos: - Jornada máxima permitida X qualidade do trabalho. - Compatibilidade de horário X deslocamento. - Professor + professor - Professor + técnico ou científico - Área de saúde + área de saúde - Militar da área de saúde + área de saúde - Vereador - Juízes + magistério - Membros do Ministério + magistério - Acumulação de remuneração: - Proventos com vencimentos - Vencimentos com vencimentos - Proventos com proventos - Proventos com subsídios - Proventos com salário - Acumulação de Benefícios: - Proventos com pensão - Pensão com pensão - Proventos com benefício RGPS 2.2 Limites Remuneratórios - Regra constitucional - Exceções - Constitucionais - Jurisprudenciais - Administrativas 2.3. Nomeação: - Posse; - Exercício. 2.4. A Readaptação após a EC 103/2019 - art. 37, § 13 da CF - Impactos da obrigação constitucional para os gestores públicos 2.5. Férias: - Período aquisitivo; - Direito – usufruto; - Direito Constitucional. - Limite de dois períodos, no caso de necessidade de serviço (art. 77 da Lei n.º 8.112/1990 e art. 8º, § 4º, da Resolução n.º 221/2012, do CJF). - Entendimento Administrativo (perda do direito) X Entendimento Jurisprudencial (proteção ao servidor). - Indenização - Renúncia ao direito. - Incidência de Imposto de Renda; - Parcelamento; - Interrupção/suspensão; 2.6. Remuneração e Vantagens Pecuniárias - Vencimentos e subsídio - Gratificações, vantagens, adicionais e indenizações - Substituição ordinária e extraordinária (interino). 2.7. Gratificação Natalina: - Antecipação; - Acerto financeiro por vacância; - Base de cálculo: - Cargo efetivo; - Cargo em comissão e função comissionada; - Vantagens transitórias. 2.8. Licenças, Afastamentos e Cessões - Regime jurídico aplicável; - Contribuição previdenciária – incidência. - Base de cálculo. - Responsabilidades. - Doação de Sangue: Ausência previamente autorizada. 2.9. Horário Especial: Servidor Estudante. - Concordância do superior hierárquico. - Servidor portador de deficiência ou que possui filho portador de deficiência (art. 98, § 3º, da Lei n.º 8.112/1990, c/ redação da Lei n.º 13.370/2016). - Análise social para subsidiar parecer médico. 2.10. Abono de Permanência 2.11. Proibições: - Exercício do

Comércio. - Exceção. 3. Controle das Aposentadorias e Pensões pelos Tribunais de Contas - Análise da legalidade da concessão das aposentadorias e pensões - A função corretiva dos Tribunais de Contas - Homologação e registro do ato de concessão das aposentadorias e pensões - A decadência em processos dos Tribunais de Contas 4. Decadência na Administração Pública - Art. 54 da Lei nº 9.784/99; - Convalidação da Lei nº 9.784/99.

II – 2º DIA - 10/12/2025 - MANHÃ - PALESTRANTE: MAURÍCIO BENEDITO

1. Regras Aplicáveis ao Benefício de Aposentadoria, conforme EC 103/2019 Regência normativa, aquisição do direito, modalidades, cálculo, reajuste, aplicação das regras do RGPS ao RPPS, desconstitucionalização, autonomia dos Estados, Municípios e Distrito Federal para implementar os Regimes Próprios. 1. Cálculo e reajuste dos proventos 1.1 O cálculo da média antes da reforma; 1.2 O cálculo da média após a reforma; 1.3 A média de 80%; 1.4 A média de 100%; 1.5 Reajuste das concessões Paridade plena e na forma da lei 1.6 Exclusão das contribuições que resultem em redução do valor do benefício 2. Regras Permanentes: Definição e Natureza Jurídica Aposentadoria Voluntária: Requisitos, cálculo e lógica da nova aposentadoria voluntária Aposentadoria por Incapacidade Permanente: Requisitos, cálculo e reajuste Aposentadoria compulsória: Requisitos, cálculo e reajuste Regras Especiais: a) Segurado com Deficiência : Requisitos, cálculo e reajuste b) Agentes de Segurança: Requisitos, cálculo e reajuste c) Atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física: Requisitos, cálculo e reajuste d) Professor: Requisitos, cálculo e reajuste 2.1 - Regras de Transição: Definição, a quem se aplicam e o que garantem; a) Regra de transição por soma de pontos: Requisitos, cálculo e reajuste b) Regra de transição com adicional de tempo (pedágio): Requisitos, cálculo e reajuste 2.1.1 - Regras de Transição de Aposentadoria Especiais: a) Agentes de segurança: Requisitos, cálculo e reajuste b) Atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física Requisitos, cálculo e reajuste. c) Professor: Requisitos, cálculo e reajuste 2. Concessão do Benefício Especial: natureza jurídica e cálculo, tempo contribuição a ser considerado. 3. Aspectos Relevantes • Temas Polêmicos da Portaria MTP 1.467/2022, que foi alterada pelas NOVAS Portarias MPS nºs 2.010/2025, 1.180/2024 e 1.499/2024 (divergência com o TCU) • Inclusão da Gratificação Natalina no Cálculo das Aposentadorias do RPPS • As possíveis consequências para o RPPS da decisão do STF sobre os servidores não concursados

III – 2º DIA - 10/12/2025 - TARDE - PALESTRANTE: JOSÉ AFONSO

1. Regras de Pensão por Morte, conforme EC 103/2019 • Natureza; • Beneficiários; • Menor sob guarda; • União estável; • União homoafetiva; • Concubina e companheira; • Dependentes previdenciários; • Tempo mínimo contribuição: de casamento e de união estável; • Duração; • Base de cálculo e redutor; • Formas de cálculo; • Rateio; reversão e extinção; • Reajuste: com e sem paridade; • Contribuição previdenciária; • Vigência; • Duração e prescrição • Habilitação posterior ou superveniente; • Condenação por crime doloso

IV – 3º DIA - 11/12/2025 - MANHÃ - PALESTRANTE: MAURÍCIO BENEDITO

1. Previdência Complementar dos Servidores Públicos e Membros de Poder 1.1. Modelagem 1.2. Regulamentação 1.3. Vigência 1.4. Patrocinador, participante e assistido 1.5. Aplicabilidade: novo servidor, servidor antigo, servidor proveniente de outro ente federativo 1.6. Contribuição previdenciária 1.7. Regime financeiro e modalidade do benefício 1.8. Portabilidade, auto patrocínio, benefício proporcional diferido, resgate 1.9. Benefícios programados e benefícios de risco 1.10. Servidores de outras unidades federativas

V – 3º DIA - 11/12/2025 - TARDE - PALESTRANTE: VANIA PRISCA

1. Certidão de Tempo de Contribuição - CTC 1.1 Definição e objetivos; 1.2 Legislação aplicável, quem deve solicitar a CTC; 1.3 Procedimentos a serem adotados pelo ex-segurado para solicitação da CTC; 1.4 Procedimentos a serem adotados pela área de atendimento da Unidade Gestora para análise e emissão da CTC, 1.5 Emissão de CTC com tempo especial pelos RPPS, 1.6 Procedimentos a serem adotados para averbação da CTC, 1.7 Revisão da CTC – requisitos, 1.8 Situações em que é vedada a emissão da CTC 1.9 Possibilidade de emissão de CTC na hipótese de invalidação da relação jurídica de filiação do segurado ao RPPS. 2. Situações Específicas 2.1 Averbação de tempo de contribuição constante de CTC emitida pelo INSS, 2.2 Certificação de tempo prestado em cargo ou função que teve a denominação alterada ou foi extinto, 2.3 Aproveitamento de tempo de contribuição por órgão distinto do indicado na CTC 2.4 Servidor no exercício concomitante do mandato de vereador, 2.5 Emissão de nas situações de afastamento e licença sem vencimentos, 2.6 Averbação automática e Certidão específica 2.7 Declaração de Tempo de Contribuição 2.8 Possibilidade de desaverbação do tempo de contribuição. 3. Averbação de Tempo Serviço/Contribuição 3.1 Natureza Jurídica 3.2 Averbação de Tempo: Rural, Aluno Aprendiz, Tempo Militar 3.3 Tempo de serviço 3.4 Tempo de contribuição 3.5 Tempo de contribuição fictício 3.6 Tempo de Contribuição do aposentado 3.7 Tempo de efetivo exercício serviço público, na carreira e no cargo efetivo 3.8 Tempo de OAB sem contribuição, para fins de aposentadoria de magistrado

VI – 4º DIA - 12/12/2025 - PALESTRANTE: ANDREZA FAGANELLI

1. Folha de Pagamento e Cálculos Conceito, Termos Técnicos e Cálculos 1 - Folha de Pagamento • Da exigibilidade • Conceito, • Demonstrativo de pagamento • Termos técnico-contábeis. • Informações obrigatórias e acessórias para efeitos de fiscalização de legislação trabalhista e previdenciária. 2 - Cálculos: • Consignações obrigatórias e facultativa • Reposição ao Erário • Saldo devedor do servidor • Pensão alimentícia

QUEM VAI MINISTRAR O CURSO?



Inácio Magalhães Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF. Foi Procurador do Ministério Público de Contas do DF e Auditor de Controle Externo do TCDF; exerceu diversos cargos de direção no TCDF, entre eles o de Diretor de Legislação de Pessoal. Doutor em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa – UAL, Especialista em Direito Público, Professor de Direito Constitucional e Administrativo. Escritor, autor do livro Lições de Direito Previdenciário e Administrativo no Serviço Público e de inúmeros artigos em publicações especializadas. Palestrante e instrutor de cursos nas áreas de legislação de pessoal; aposentadorias e pensões; legislação constitucional aplicada a servidores públicos; gestão de folha de pagamento; auditoria na folha de pagamento no serviço público, entre outros.



José Afonso Pires Ferreira Júnior Instrutor e consultor, em nível nacional, com experiência de mais de 22 anos nos cursos de processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, Legislação de Pessoal, Aposentadorias, Licitações e Contratos Administrativos, Lei de Responsabilidade Fiscal, Direito Administrativo. Bacharel em Direito pela UniDF(1988-1992). Pós-Graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo-UCAM/RJ (2003-2004). Pós-Graduado em Direito Público-UniREAL/DF (2008). EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: É Analista Judiciário da Justiça Federal (DF), ocupando as seguintes funções: Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (CSPA), Diretor do Núcleo Judiciário (SJDF). Diretor da Secretaria Administrativa (SJDF), Chefe da Assessoria Jurídica da Diretoria do Foro (SJDF). Foi agente Administrativo do INSS, ocupando funções como: Chefe do Serviço de Direitos e Vantagens, Chefe do Serviço de Deveres e Responsabilidades, Chefe da Divisão de Legislação, Direitos e Deveres, Supervisor na área de Disciplina, Chefe da Divisão de Procedimentos Judiciais e Disciplinares.



Maurício Benedito Pós-graduado em Gestão Governamental pela UPE/FCAP. Professor de Pós-graduação em Regimes Próprios de Previdência Social na Faculdade UNYLEYA e instrutor da ENAP. Auditor Fiscal do Tesouro Estadual da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, com experiência como Diretor Executivo de Administração Financeira. Atuou como Diretor de Previdência Social da FUNAPE por 20 anos. Coautor dos livros “O Regime Previdenciário do Servidor Público de Acordo com a Emenda Constitucional nº 103/2019 - Reforma da Previdência (4ª edição, 2025)” e “Manual para os gestores dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS - Normas gerais de organização e funcionamento voltadas para a certificação profissional (2026)”. Especialista em gestão pública e previdência do servidor.



Vânia Prisca Dias Ex assessora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Especialização em Desenvolvimento e Capacitação de Recursos Humanos para a Administração Pública - Universidade de Brasília (1992). Bacharel em Administração de Empresas – Universidade de Brasília (1978/1982) e acadêmica do curso de Direito na UniDF. Atuou como Coordenadora-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas, no período de 2004/2009. Integrou o Grupo de Trabalho da Casa Civil/Ministério do Planejamento relativo à consolidação, atualização e revisão da legislação federal afeta a área de recursos humanos. Leciona há mais de 15 anos sobre legislação de pessoal, incluindo a reforma previdenciária.



Andreza Faganelli Auditora de Controle Externo no TCM-SP, graduada em Direito e Ciências Contábeis, com especialização em Direito Administrativo e MBA em RPPS. Coordena fiscalização de atos de pessoal: concursos, admissões, folhas de pagamento, RPPS, aposentadorias e pensões. Atua com auditorias, pareceres e inspeções.

MODALIDADE ONLINE E AO VIVO:

ESTE CURSO INCLUI:

- Aulas em Ambiente Virtual - 100% Ao Vivo
- 2 dias de Replay após a sua Realização
- 10 dias de Fórum - Dúvidas com o Instrutor
- Certificado de Conclusão
- Apostila Digital

VALOR DO INVESTIMENTO:

- Preço Individual: R\$ 4.290,00
- Três participantes do mesmo órgão (cada): R\$ 4.250,00
- Quatro ou mais participantes do mesmo órgão (cada): R\$ 4.210,00

FORMAS DE PAGAMENTO:

O pagamento poderá ser realizado das seguintes formas:

- Empenho
- Ordem de Serviço/Autorização
- Depósito em Conta

INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTO

IOC Capacitação LTDA

- CNPJ: 10.825.457/0001-99
- Inscrição Estadual: 07.520.699/001-64
- Banco: Bradesco
- Agência: 0606
- Conta: 569906-1

MAIS INFORMAÇÕES:

Telefone 1: (61) 3224-0785 **Telefone 2:** (61) 3223-8360 **Telefone 3:** (61) 3032-9030

E-mail 1: inscricao@onecursos.com.br

E-mail 2: onecursos@gmail.com

E-mail 3: inscricao@onecursos.com.br